



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Centro de processamento de Despesas/1DRPC/CONTAGEM/2DepPC/PCMG

Belo Horizonte, 08 de maio de 2024.

PROJETO BÁSICO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

1. OBJETO:

O presente Projeto Básico tem por objeto a Locação de imóvel não residencial para instalação da 6ª Delegacia Distrital de Contagem - Polícia Civil.

2. MOTIVAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA LOCAÇÃO:

A delegacia já funciona no imóvel objeto da locação há mais de quatro anos (desde abril de 2020) e não possui nenhum outro espaço físico para que possa manter suas atividades. Sendo que sua localização é favorável e de fácil acesso para atendimentos a população em geral.

O imóvel possui área bruta de 360m², área construída de 232,50m² e possui todas as condições de acessibilidade.

Ainda, importante mencionar que não há imóvel semelhante para locação na área de abrangência desta Unidade, visto que grande parte dos imóveis são galpões ou residências, não atendendo o fim a que se destina.

Cumprir informar que o imóvel é dotado das qualidades necessárias para o funcionamento desta unidade policial, tais como acessibilidade, segurança, quantidade de cômodos necessários para disposição dos servidores e para colocação de objetos típicos de uma Delegacia de Polícia, tais como inquéritos e materiais apreendidos. Também, dispõe de um pátio que abriga todas as viaturas.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

LOTE	ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
01	01	01	360M ²	Locação de Imóvel	R\$9.896,44	R\$118.757,28

4. JUSTIFICATIVA DO PREÇO DE REFERÊNCIA POR ITEM E DO CUSTO TOTAL:

O preço final da locação de R\$ 9.896,44 (Nove mil oitocentos e noventa e seis reais e quarenta e quatro centavos) foi proposto após análise de 03 (três) imobiliárias distintas, conforme informações abaixo:

- Entre R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais) e R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais) — realizada por Henrique Pirani Gomes (CAU a750019-0).
- Entre R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e R\$ 11.000,00 (onze mil reais) — realizada por Petrônio Ribeiro

de Rezende (CRECI MGF 17465).

• R\$10.300,00 (dez mil e trezentos reais) — realizada por Roberto Staino Neto (CRECI MGF0044973).

5. VIGÊNCIA DO CONTRATO:

O contrato de locação terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação.

6. RAZÃO DA ESCOLHA:

O imóvel foi escolhido pela localização, estrutura compatível com a necessidade da delegacia e, ainda, pelo fato de a delegacia já funcionar no local há vários anos.

7. JUSTIFICATIVA DA LICITAÇÃO / AFASTAMENTO DA LICITAÇÃO:

O presente processo será realizado por meio de Inexigibilidade de Licitação, conforme determina o artigo 74, inciso V, da lei 14.133/2021.

O objeto possui características de instalações e de localização que tornam necessária sua escolha, sendo imóvel singular.

8. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO:

Além da documentação relativa à proposta comercial serão solicitados os seguintes documentos:

DO LOCADOR/REPRESENTANTE:

- a. CRC – Portal de Compras (Para as Pessoas Jurídicas, o CRC substitui as certidões e a declaração de que não contrata menor de 18 anos).
- b. No caso de Imobiliária ou se representado por terceiros: Anexar procuração;
- c. Certidão negativa junto a Receita Estadual;
- d. Certidão de Regularidade do FGTS;
- e. Certidão Negativa de Débito junto a Receita Federal;
- f. Certidão Negativa de Débito junto ao INSS;
- g. CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- h. Certidão negativa junto a Receita Municipal;
- i. Certidão de antecedentes criminais;
- j. Declaração de que não contrata menor de 18 anos (para Pessoa Física);
- k. Certidão de casamento (casos em que o regime seja de comunhão parcial, com imóvel adquirido na constância do casamento).

DO IMÓVEL:

- a. Certidão de registro do imóvel atualizada, emitida há no máximo 180 (cento e oitenta) dias, contendo inteiro teor;
- b. Certidão negativa de débitos da Cemig;
- c. Certidão negativa de débitos da Copasa;
- d. Certidão negativa de débitos municipais (por inscrição imobiliária).

9. OBRIGAÇÕES E DEVERES DAS PARTES:

- a. Fica a LOCATÁRIA isenta do pagamento dos aluguéis mensais até efetiva disponibilização do imóvel com as adequações previstas para a ocupação, sendo a mesma comprovada mediante Atestado de Locação, firmado pelo gestor do contrato.
- b. Responsabiliza-se o (a) LOCADOR (A) pelo pagamento dos impostos e taxas que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel, salvo disposição expressa em contrário no contrato, nos termos do artigo 22 da Lei 8.245/91.
- c. Responsabiliza-se a LOCATÁRIA pela entrega imediata à (ao) LOCADOR (A) dos documentos de cobrança de tributos e encargos condominiais, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que dirigida à LOCATÁRIA, além do pagamento das despesas de telefone e de consumo de força, luz e gás, água e esgoto, nos termos do artigo 23 da Lei 8.245/91.
- d. As benfeitorias necessárias introduzidas pela LOCATÁRIA, ainda que não autorizadas pelo (o) LOCADOR (A), bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizadas e permitem o exercício do direito de retenção, já as benfeitorias voluptuárias não serão indenizáveis, podendo ser levantadas pela LOCATÁRIA, finda a locação, desde que sua retirada não afete a estrutura e a substância do imóvel.

10. DA RENOVAÇÃO E DA EXTINÇÃO:

10.1. A vigência poderá ser prorrogada, mediante Termo Aditivo, por prazo certo e determinado, na forma do art. 51 da Lei nº 8.245/1991.

10.2. Por força do artigo 137, da Lei nº 14.133/2021, constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- a. não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b. desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d. decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- e. caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f. atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- g. atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- h. razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- i. não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

10.3. O contrato poderá ser extinto, com base no art. 138 da Lei nº 14.133/2021, nas seguintes hipóteses:

- a. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

10.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

11. DO PAGAMENTO:

11.1. O primeiro pagamento ocorrerá após 30 (trinta) dias de permanência no imóvel e será realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês seguinte ao vencido e assim sucessivamente.

12. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

12.1. A gestão e a fiscalização deste contrato de locação serão feitas pelo(a) Delegado(a) Titular da Unidade Policial que ocupa ou utiliza o imóvel locado.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

13.1. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Estadual nº 13.994/2001 e no Decreto Estadual nº. 45.902/2012, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções previstas nas respectivas normas, quando cabível.

13.2. As sanções por ventura aplicadas, após processo administrativo, respeitado o direito ao contraditório e ampla defesa, serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP e no Cadastro Geral de Fornecedores no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo de Minas Gerais - CAGEF.

14. DO REAJUSTE:

14.1. Será admitido o reajuste do preço do aluguel da locação com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, mediante a aplicação do IPCA/IBGE ou outro índice que venha substituí-lo, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da vigência do contrato.

14.2. O reajuste deve ser solicitado pelo LOCADOR de forma expressa, por escrito, via ofício ou para o e-mail contratos.spgef@gmail.com, não sendo concedido de forma automática.

14.3. O reajuste será concedido a partir da data do apostilamento/renovação, não retroagindo à data de solicitação, caso esta seja feita após renovação.

14.5. Deverá ser desmonstrada no procedimento que o novo valor do aluguel é compatível com os preços praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

15.1. As despesas decorrentes correrão por conta da Dotação Orçamentária:

Pessoa Jurídica 1511.06.181.032.4060.0001.3.3.90.39.20.0.10.1, ou outra que vier substituí-la ou complementá-la, e as despesas dos aditamentos seguintes, por meio de recursos fixados em orçamento.

Contagem, 08 de Maio 2024.

Wesley Geraldo Campos
Delegado Titular da 1DRPC/Contagem
Masp 1.061.125-9

Ana Paula Macedo de Carvalho

Investigadora de Polícia
(Responsável Técnica do CPD)
Masp 1.337.735-3

Referência: Processo nº 1510.01.0237993/2022-32.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Macedo de Carvalho Ribeiro, Investigadora de Polícia**, em 08/05/2024, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Laise Aparecida Rodrigues, Delegada de Polícia**, em 14/05/2024, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **87923081** e o código CRC **71601C29**.

Referência: Processo nº 1510.01.0237993/2022-32

SEI nº 87923081